

# FRONTEIRAS E TERRITÓRIOS: CONQUISTAS E EXPLORAÇÕES NOS SERTÕES DO MATO GROSSO E DO PARANÁ<sup>1</sup>

Valdir Gregory  
Professor Doutor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná(Unioeste).  
valdirmacgregory@gmail.com

## RESUMO:

Este texto enfoca descrições e observações sobre empreendimentos nos sertões do Mato Grosso e do Paraná. Aborda a Companhia Mate Laranjeira, mostrando a criação e atuação desta empresa, a estruturação e empreendimentos, as concessões nesses dois estados. Traz elementos para subsidiar a análise sobre atividades econômicas em contextos de fronteiras e territórios no final do século XIX e na primeira metade do século XX. Mostra conteúdos de narrativas, destacando características relacionadas a disputas territoriais e exploração extrativista. Mostra a atuação de empreendedores nos países do entorno da Tríplice Fronteira Brasil, Argentina e Paraguai. Evidencia um contexto em que as fronteiras nacionais foram sendo diluídas nos cotidianos da exploração de riquezas naturais e dos trabalhadores, na circulação de mercadorias e na atuação de empreendedores. As fontes utilizadas são narrativas e relatos de autoridades e de empreendedores. Também, foram utilizados bibliografia e trabalhos monográficos relacionados aos assuntos discutidos. Estas e outras fontes, que serão citadas no decorrer do texto, abordam assuntos variados, como acessos e vias de transporte, potencialidades naturais da hidrografia e da vegetação, atividades e potencialidades econômicas e, em vários momentos, os indivíduos e grupos humanos.

**PALAVRAS-CHAVE:** fronteiras, territórios, Companhia Mate Laranjeira.

## RESUME:

Ce texte met l'accent sur les descriptions et observations sur entreprises de l'arrière-pays du Mato Grosso et du Paraná. Approche la Companhia Mate Laranjeira, montrant la création et l'action de cette société, la structuration et les entreprises, les concessions dans ces deux états. Apporte des éléments pour étayer l'analyse des activités économiques dans des contextes de frontières et les territoires à la fin du XIXe siècle et la première moitié du XXe siècle. Montre le contenu des récits, soulignant caractéristiques liées à des différends territoriaux et d'exploitation extractif. Montre le rôle des entrepreneurs dans les pays autour de la Tríplice Fronteira du Brésil, l'Argentine et le Paraguay. Reflète un contexte où les frontières nationales ont été dilués dans le quotidienne de l'exploitation des ressources naturelles et des travailleurs, dans la circulation des marchandises et dans la performance des entrepreneurs. Les sources utilisées sont des récits et rapport de les autorités et les entrepreneurs. Bibliographie et monographies relatifs aux questions examinées ont également été utilisés. Ces et d'autres sources, qui sont cités dans le texte, abordent diverses questions telles que les voies d'accès et routes de transport, potentiel naturel de l'hydrographie et de la végétation, potentiels et activités économiques, à plusieurs moments, des individus et des groupes humains.

**MOTS-CLES:** frontières, territoires, Companhia Mate Laranjeira

## **A Companhia Mate Larangeira<sup>ii</sup>**

Ao final do século XVIII até meados do XIX, a economia rural do Paraguai e de parte da Argentina tinha suas bases nas *obrages*. Este sistema tinha como atividades mais lucrativas a exploração de erva mate e a de madeiras nativas. Utilizando-se dos *mensus* como mão-de-obra, as *obrages* estabeleceram um sistema baseado na exploração do trabalho e na acumulação de riquezas nas mãos de *obrageros*. Estes trabalhadores foram, em diversos momentos, caracterizados ora como escravos, ora como semi-escravos, embora, à luz da conceituação e da tradição histórica, não possamos denominá-los desta forma. Eram, em grande parte, descendentes de indígenas, principalmente guaranis, que conservavam aspectos culturais de sua tradição. Com o declínio desta economia, no Paraguai e na Argentina, aliado à expansão de mercados, passou-se a explorar ervais de regiões brasileiras relativamente próximas de suas fronteiras, através de concessões emitidas por governos do Brasil no período, o que proporcionou condições de organização e crescimento de empresas voltadas à exploração de recursos naturais nas fronteiras brasileiras do Prata. Uma dessas empresas era a Companhia Mate Larangeira.

### **A Criação e atuação da Empresa**

A criação, instalação e instabilidade de empresas para a exploração de erva mate nas fronteiras do Brasil, da Argentina e do Paraguai têm relação com desdobramentos de conflitos entre países platinos no século XIX. As *obrages* atuaram com participação de exploradores desses países, sustentados por favores e interferências de autoridades vinculadas aos governos da época. Este é o caso bem explícito da criação da Companhia Mate Larangeira, que se tornou uma das *obrages* mais importantes da Bacia Platina, tendo sido responsável pela criação de infra-estrutura de produção e de transporte no Paraguai, na Argentina e no Brasil nos estados de Mato Grosso e Paraná.

A Companhia Mate Larangeira teve peso econômico, político e cultural nos sertões das fronteiras políticas do Brasil com o Paraguai, além da Argentina. Ela foi objeto de pesquisas acadêmicas na área da história a exemplo de Gilmar Arruda em dissertação de mestrado em história pela UNESP em 1989, publicado em livro em 1997

e de Odalea da Conceição Deniz Bianchini (ARRUDA, 1997) em tese de doutorado pela UFF/RJ em 1994. São pesquisas de fôlego que dão conta de contextos históricos nos quais foi se estabelecendo a empresa.

Neste texto, a Mate Laranjeira será tratada como uma obra importante para a discussão de fronteiras e territórios nos sertões paranaenses. Vilma Fiorotti escreveu que o surgimento da Companhia Mate Laranjeira está vinculado à Guerra do Paraguai. Terminada esta guerra teria sido constituída uma comissão demarcadora de limites, chefiada pelo coronel de engenharia Enéas Gustavo Galvão, tendo por incumbência a demarcação de fronteiras entre o Brasil e o Paraguai. No pós-guerra, algumas personalidades pleitearam recompensas alegando contribuições feitas às campanhas militares. Francisco Mendes Gonçalves e Thomaz Laranjeira, importantes empresários *obrageiros* ligados à atividade ervateira, destacaram-se por fornecerem víveres para o exército brasileiro. Francisco Mendes Gonçalves fundou, em 1874, a Sociedade Comercial Francisco Mendes & CIA, com sede em Buenos Aires, Argentina. Esta sociedade dedicava-se à industrialização e à comercialização da erva mate recebida do Brasil e do Paraguai. Thomaz Laranjeira, por sua vez, já realizava a exploração de erva mate, principalmente no Paraguai. Em 1882, através do Decreto Imperial nº 8799/1872, obteve o privilégio de exploração de ervais nativos nos terrenos devolutos da fronteira até a cabeceira do rio Iguatemi. De acordo com o decreto, Thomaz Laranjeira obteve permissão para colher mate, por um período de dez anos, “*nos hervaes existentes nos limites da província de Mato Grosso com a Republica do Paraguay, no perímetro compreendido pelos morros do Rincão de Julho e as cabeceiras do Iguatemy, ou entre os rios Amambahy e Verde, e pela linha que desses pontos for levada para o interior, na extensão de 40 kilometros*”. Em outras cláusulas, do referido documento, o concessionário tinha obrigações e exigências. Não poderia caçar, pescar ou extrair madeira de lei para comercialização, somente para seu uso próprio. Era obrigado a mandar para o museu nacional vestígios de animais, minerais ou qualquer outro objeto pertencente à “*raça aborígine*” (índios). Previam-se, também, multas, caso não fossem cumpridas as cláusulas estabelecidas. Bianchini (1994, p.20-21) informa que a exploração ocorria por arrendamento de terras devolutas, o que teria gerado um monopólio na posse de terras e severa submissão de mão de obra.

Fiorotti(1994), ainda, informa que Thomaz Larangeira se juntou aos irmãos Murtinho, mato-grossenses de destaque no cenário político do Império, que também receberam concessões. Joaquim Duarte Murtinho e Francisco Murtinho eram políticos influentes radicados em Mato Grosso, nas proximidades da região de Cerro Corá (Paraguai), onde foram travadas batalhas na Guerra do Paraguai, em 1870. Os irmãos Murtinho teriam fornecido víveres e montarias aos soldados brasileiros, recebendo, como os Mendes e os Larangeira, após o término da guerra, *“das mãos do Imperador D. Pedro II, concessões para exploração de erva-mate através do Decreto Imperial nº 8799 de 09 de dezembro de 1872”*. Francisco Murtinho negociou com o argentino Francisco Mendes e com Thomaz Larangeira, gaúcho da cidade de Bagé, para participar da exploração da erva-mate na região. A sede principal deste empreendimento ficava em Campanário do Sul, Mato Grosso, localizado nas proximidades de vastos ervais da serra do Maracaju. Foram montados, ainda, escritórios de comercialização e administração em Ponta Porã, Epitácio Pessoa, São Paulo, Rio de Janeiro, Assuncion (Paraguai) e Buenos Aires (Argentina). Assim, foi constituída a Companhia Mate Larangeira, que passou a exercer *“a função de elaboradora e exportadora da erva mate com exclusividade para a firma Argentina Francisco Mendes & CIA. Assim, foi iniciado um lucrativo monopólio que perduraria por longos anos”*.

Os dados apresentados nos parágrafos anteriores permitem apontar para elementos de territorialização, de relações econômicas e de atuação de personagens nos três países da região. Esta sistemática acontecia, também, em outras companhias e em outros empreendimentos na Argentina, no Paraguai e no Brasil.

Ernst Mann registra que era a família Murtinho, que, durante as lutas da Guerra do Paraguai, no território do Mato Grosso, teria fornecido víveres e mesmo materiais para as tropas brasileiras, que, longe de seus quartéis, tiveram a necessidade de abastecer-se da própria terra durante os combates. Assim, o imperador teria contemplado esta família com *“uma concessão de exploração da ‘herva mate’ (hilex paraguayensis), pelo decreto imperial nº 8.799 de 9.12.1882. O filho deste estadista brasileiro, Francisco Murtinho, porém iniciou a exploração da ‘herva mate’ em grande escala, associando-se para este fim com Thomaz Larangeira e Carlos Mendez Gonçalves e partiu para a expansão do comércio do produto natural das terras de Mato Grosso”*. Thomaz Larangeira recebeu autorização do governo imperial para

explorar erva mate no Mato Grosso, por intermédio do Barão de Maracaju, em 1882, iniciando esta atividade no ano seguinte.

A Mate Larangeira estabeleceu-se, pois, no Mato Grosso após a Guerra da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) contra o Paraguai, quando fazendas estavam destruídas, áreas abandonadas, a população dispersa e havia uma crise econômica. Os ervais nativos do Mato Grosso, localizados em Ivinhema, Amambaí, Ponta Porã, Bela Vista, dentre outros locais, foram descobertos e ambicionados por Thomaz Larangeira, que conseguiu concessões de terras e passou a explorá-las, para, mais tarde, participar da fundação da Companhia Mate Larangeira.

Correa Filho dedica um capítulo de um livro seu ao monopólio da Mate Larangeira na exploração da erva mate no Mato Grosso. Começa mencionando os trabalhos demarcatórios da fronteira Brasil-Paraguai, que teriam ensejado os desejos da indústria ervateira mato-grossense. Teriam participado dela o coronel Enéias Galvão, o capitão Antônio Maria Coelho e Thomaz Larangeira. Este, *“interessado nos fornecimentos à expedição”*, teria aproveitado as circunstâncias para conhecer as possibilidades econômicas nas áreas dos combates. Assim, em 1879, teria escrito para o Barão de Maracaju, que era o próprio Enéias Galvão, informando que, em 1874, teria povoado Dourados e imediações com uma fazenda de gado. Em 1877, teria iniciado a exploração de erva no Paraguai, *“pensando sempre em passar-me para o meu Paiz, logo que me concedessem Hervaes.”* Teria informado que tinha 250 homens prontos e os elementos necessários, que seriam pagos em mercadorias e em dinheiro. Foi lhe concedida permissão para explorar mate nos *“terrenos devolutos que demoram nos limites da Província de Mato Grosso com a república do Paraguay, entre os rios Verde e Amambahy, e pela linha que desses pontos for levada para o interior.”* (Decreto do governo imperial, n. 8799, de 9/12/1879, apud CORREA FILHO, 1925, p. 16). Teria conseguido privilégios fiscais e apoio de autoridades para afastar concorrentes e expulsar intrusos, embora as disputas com concorrentes continuassem (CORREA FILHO, 1925, p. 18). Em 1894, teria assinado contrato, moldado em Resolução Legislativa, que autorizava *“a concessão à Companhia Mate Larangeira de todos os hervaes do Estado, compreendidos [...] em área de 1600 léguas quadradas, aproximadamente.”* Assim, ter-se-ia formado um monopólio nestas fronteiras no final do século XIX e início do século XX. (CORREA FILHO, 1925, p.18).

Os pedidos de concessões de terras eram tidos como um problema para a diretoria da Mate Larangeira, pois estas precisavam constantemente ser renovadas pelo governo do Estado. A influência política dos diretores da Companhia Mate Larangeira foi importante para que ela obtivesse alguns privilégios como: terras gratuitas, isenção de impostos, cobrança de pedágios nas estradas em que só ela ou a quem era permitido utilizar poderia transitar, direito de desapropriação, etc. Esses favores obviamente tinham interesses por parte de membros do governo, tipo “*uma mão lava a outra*”. Os pedidos de privilégios eram encaminhados ao governo para que fossem analisados. Se fosse considerada, de alguma forma, justificável ou de interesse do Estado esses privilégios eram ou não concedidos.

Com objetivos comuns, em 1892, esta companhia brasileira associou-se à firma argentina, dando origem à Sociedade Larangeira Mendes & CIA, como dona dos bens existentes tanto no Brasil quanto na Argentina e no Paraguai. Porém, em 1929, essa sociedade foi desmembrada, surgindo a nova Companhia Mate Larangeira S/A, com sede na cidade do Rio de Janeiro, e a Empresa Mate Larangeira, com sede em Buenos Aires. A primeira ficou responsável pela extração, beneficiamento e exportação de erva mate e a segunda completava o processo de industrialização, moendo, embalando e distribuindo a erva mate para o mercado platino. Assim, tornou-se conhecida e famosa a erva mate “*Cruz de Malta*”.

SCHONS (2007) afirma que a Companhia Mate Larangeira nasceu paraguaia, tendo como centro consumidor importante Buenos Aires e que se associou a Francisco Mendes, passando a chamar-se Sociedade Larangeira, Mendes & CIA.

Correa Filho (1925) informa que a Companhia Mate Larangeira possuía cerca de dois milhões de hectares de terras no sul do Mato Grosso. Esta área abrange atualmente, em torno de vinte municípios. Explorou, também, áreas do território do Paraná. Esse tipo de atividade econômica contribuiu para criar uma mentalidade política existente até hoje nestas áreas. Segundo o autor, no período 1872/1892, esta companhia pertencia a Thomaz Larangeira. De 1892 a 1902, Thomaz Larangeira se associou aos Irmãos Murtinho. De 1902 até 1937, a Companhia passou para a Companhia Mendes (Argentina). O poder da Companhia teria despertado a ira de inimigos políticos, como por exemplo, de Pedro Celestino Correia da Costa. O próprio Getúlio Vargas combateu

a Companhia Mate Larangeira com seu nacionalismo, criando o Serviço de Navegação da Bacia do Prata, que encampou seu patrimônio. Em 1947, o governador do Paraná, Arnaldo Estevão Figueiredo tirou a concessão dos ervais da Mate Larangeira.

Arruda (1997) realizou pesquisa que resultou em dissertação de mestrado e publicação de livro sobre os sertões do Mato Grosso e de parte do Paraná, enfocando a constituição, desenvolvimento e atuação da Companhia Mate Larangeira. O autor enfocou discursos a respeito desses sertões tanto oriundos de viajantes, como de autoridades de várias instâncias que ressaltavam “*contribuições para o progresso e a civilização daquela região*”. Mostrou relações da Companhia com o estado, analisou cotidianos nas tarefas de produção de erva mate, atentando para atividades de lazer e do trabalho. Havia um ambiente a ser disciplinado com a finalidade de se obter o máximo de produtividade dos trabalhadores.

Arruda (1997) mostra, em um capítulo, que a área da Mate Larangeira era dividida em unidades de produção, denominadas ranchos. Isso ocorria após levantamentos feitos sobre a existência de ervais. Nestes locais, era organizada e administrada a produção, era estabelecida infra-estrutura para moradias de trabalhadores, beneficiamento do mate e outras dependências. Eles seriam de dois tipos: ‘por administración’, os controlados diretamente pela empresa, e ‘por empreitada’, locais ‘habilitados’ que controlavam a produção em troca de porcentagens. O autor traz detalhes sobre a organização, a produção, o trabalho e o cotidiano destes sertões.

Correa Filho caracteriza o poderio econômico e político desta empresa, descrevendo os seus mecanismos de atuação. Segundo ele, “*a empresa adiantava recursos pecuniários e mercadorias aos seus habilitados, que traziam do Paraguay as necessárias turmas de hervateiros, com os quaes penetravam na região, que lhes era destinada.*” A mão de obra era trazida do país vizinho por estes habilitados. “*Tem a empresa uns 2500 a 3000 peões quase todos paraguaios e empregados também em sua maior parte paraguaios*”, cujos salários seriam em torno de 400 mil pesos mensais. O trabalho realizado seria duro, havendo legislação impondo limites à exploração do trabalho. Em função das alturas dos pés de ervais e preocupações no sentido de agilizar a exploração, era feita a derrubada de árvores inteiras ao invés do corte de galhos. Uma das consequências destes procedimentos seria uma rápida devastação de áreas de ervais.

Se a exploração fosse feita pelo corte de galhos, ocorreriam melhores rebrotamentos e mais rápida recuperação da matéria-prima para posteriores colheitas. Um decreto de 1895 proibiu “o decepamento do tronco, ou a derrubada da árvore para colheita da herva”. Os troncos e galhos mais grossos não serviam para a produção da erva mate. Usam-se os galhos mais finos com as suas folhas como matéria-prima. Os brotos estariam em condições de serem colhidos novamente após crescidos e passados três anos do corte. Os galhos mais finos com folhas eram empilhados e o operador levava-os ao fogo para sapecá-los. “Depois, com mais vagar, nos barbacuás, acamada a colheita sobre esteira suspensa, recebia, por baixo, o calor do brazedo que lhe completaria o dessecamento [...] Socada nos pilões”, estava a erva em condições de ser embolsada e enviada a Buenos Aires para receber o beneficiamento final de moagem e classificação. Cabe observar que, se foi estabelecida legislação a respeito da exploração predatória, esta só faria sentido em função de possível devastação da riqueza ervateira registrada e percebida por autoridades. Correa Filho fornece mais elementos que atestariam o poder da empresa. Segundo ele, em 1907, a empresa conseguiu a prorrogação do monopólio da produção no Mato Grosso por mais 14 anos, obtendo permissão para organizar força policial para manutenção da ordem e defesa de seus interesses e para a manutenção de privilégios em impostos. Garantiu a “concessão de lotes de 3600 hectares cada um, até o máximo de 15, gratuitamente para a companhia abrir portos no rio Paraná, necessários ao seu movimento”. Além disso, conquistou a autorização de o poder executivo vender-lhe outras terras a preços privilegiados, de área não inferior a um milhão de hectares e outros benefícios. Isso tudo em troca da promessa de industrializar e comercializar uma determinada quantia de erva. Estes fatos teriam provocado reações de outros pretendentes a privilégios e de posseiros que viviam em áreas concedidas, sem, no entanto, afetar, de forma marcante, as atividades da Mate Larangeira.

### **As concessões no Paraná**

Áreas de terras no Paraná, também, passaram a ser incorporadas aos domínios da Mate Larangeira. A atuação da empresa ia além do econômico. Estas concessões e conquistas dão conta do poder político do empreendimento. As explorações, no Mato Grosso, iam avançando para leste até se aproximarem do rio Paraná. Por isso, essa empresa “solicitou permissão para desviar a sua estrada de exportação, que pretendia fazer passar pelo Yguatemy, e por este abaixo, até o porto que abrisse a montante do

*Salto das Sete Quedas*”. Esta solicitação teria sido feita em 30 de agosto de 1909 e, logo no dia seguinte, seria deferida, sendo baixado o Decreto n. 232/1909, com a seguinte redação:

Art. 1. – Fica concedido á empresa Matte Larangeira, Mendes & Comp., permissão para abrir um porto na foz do rio Iguatemy, no Alto Paraná, por onde possa a dita empresa exportar os productos dos heruaes situados nas proximidades do segundo desses rios.

Art. 2. – Ficarão a cargo da empresa as despesas de estradas, picadas, e construcções de portos, tanto no território deste Estado, como no do Paraná, estabelecendo ella também a navegação com rebocadores e chatas nos rios Iguatemy, Amambahy, Ivinhema e Alto Paraná, acima e abaixo do salto das Sete Quédas; devendo este serviço começar no princípio do anno entrante, pelo menos com três rebocadores e diversas chatas, tudo nos termos da aludida petição. (CORREA FILHO, 1925, p. 56).

A Companhia propunha, portanto, abrir portos pelo rio Paraná, abrir estradas internas, construir uma ferrovia de 50 quilômetros (depois ampliada para quilometragem maior) no Estado do Paraná. Ainda se comprometeu a ligar “*um porto abaixo e um acima do Salto das Sete Quedas*”. Fundaria, em suas terras, “*localidades, povoados e tudo o mais necessário para por em fácil comunicação aquella parte, hoje deserta, do estado do Mato Grosso com os grandes centros da civilização*”. (CORREA FILHO, 1925, p.60-61). Estas solicitações foram aprovadas e as suas realizações autorizadas por autoridades dos dois estados, Mato Grosso e Paraná. Assim, os empreendimentos da Mate Laranjeira fincaram raízes, além da Argentina e do Paraguai, nos estados do Mato Grosso e do Paraná. Estas conquistas e estes privilégios, garantidos no referido decreto, contribuíram fortemente para que o empreendimento se assentasse em Guaíra e tivesse ampla influência em diversos setores da sociedade local.

É interessante atentar para algumas concessões feitas para a Companhia Mate Larangeira, como a construção da estrada de ferro, usada como alternativa para transpor as Sete Quedas, uma vez que era considerada inviável sua navegação por essas imediações. Essa concessão no Estado do Paraná foi feita para a companhia, que se sentia no direito de controlar o tráfego e o transporte no local.

Um exemplo de pedido rejeitado foi em fins do século XIX, quando uns grupos de industriais curitibanos fizeram uma petição com pedidos de privilégios ao Ministério da Agricultura. Solicitaram privilégio de navegação na margem esquerda do Rio Paraná e seus afluentes por um período de quarenta anos, de exploração de riquezas da região,

bem como da construção de uma estrada de ferro pelo mesmo período de tempo. Colodel (1988). considera que esse pedido de privilégio para esses empresários era justificável, pois os requerentes destacariam que a instalação dessa linha de navegação traria a criação de novos empórios comerciais e provocaria “*o povoamento de regiões até então desertas. Mas, principalmente, iria acelerar a construção das vias férreas, que se dirigiriam rumo ao rio Paraná, prestando benefícios aos Estados fronteiriços da República*”.

Segundo Colodel (1988), o problema referente ao povoamento dessa região que os empresários curitibanos propunham seria através de imigrantes europeus. Esse pedido teria sido indeferido, porque, para o governo, a referida empresa não possuiria capital suficiente para um empreendimento como este e, também, considerava que a mão-de-obra agrícola de imigrantes europeus instalados nos arredores das cidades, resolveria a questão de abastecimento alimentício, considerado precário devido ao aumento da população.

Portanto, os pedidos de privilégios eram analisados e, concedidos ou indeferidos, dependendo dos casos apresentados. Podiam ser concedidos, mas na hora da renovação poderiam ser suspensos, se o governo entendesse que não seria mais viável. Como foi o caso da estrada de ferro, monopolizada pela Companhia Mate Larangeira, quando através de um decreto foi aberto ao tráfego público.

Correa Filho(1925, p.96-97) descreveu a rede de transporte com os locais de origem e de destino da produção, mostrando que Guaíra se tornara o porto receptor da erva mate produzida pela companhia, para, a partir daí, ser destinada aos mercados platinos. Segundo ele,

Pela rede fluvial, collectora dos productos da Empresa, transitam as suas embarcações, convergentes para Porto Guaíra, já em território paranaense, onde foi construída a via férrea de 60 kilometros, para evitar o Salto das Sete Quedas, a jusante do qual, no Porto Mendes, se faz a baldeação dos productos para bordo dos navios que navegam desimpedidamente o Paraná, ou os entregam em Posadas à via férrea que os transporta a Buenos Aires, onde são beneficiados. Em Buenos Aires, tem a Empresa os seus principaes estabelecimentos, industriaes, em que a herva é classificada, pelos três typos: T. L.; Cruz de Malta, e Murinho; e acondicionada em saccos de aniagem, ou em latas, etc. A Cruz de Malta é a marca mais conceituada e conhecida em todo o mercado platino, que a consome, de preferênciã, a qualquer outra.

Ainda, segundo Ernest Mann, teriam sido fundados escritórios em Ponta Porã, Presidente Epitácio, São Paulo, Rio de Janeiro, Assunción e Buenos Aires. Expandindo a sua exploração, o empreendimento chegou ao território do estado do Paraná, sendo que em 1902 foi criado um porto na margem esquerda do Rio Paraná, o Porto Mojoli, situado a seis quilômetros acima das Sete Quedas. Os três sócios, que formaram a primeira Companhia Larangeira-Mendez & Companhia, transformaram esta, em vinte de março de 1918, em Empresa Mate Larangeira e em trinta de julho de 1929 em Companhia Mate Larangeira S/A. Este nome continua até hoje, mesmo após a sua extinção e transformação em Serviço de Navegação da Bacia do Prata, pois restam, em Guaíra, uma fazenda da Companhia Mate Larangeira S/A, a Fazenda Cruz de Malta, com um estaleiro em Presidente Epitácio e o escritório Central, em São Paulo. A Companhia Mate Laranjeira continua atuando na Argentina nos dias atuais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir das fontes trabalhadas, cabe ressaltar dados que proporcionam subsídios para debater fronteiras e territórios nos três países limítrofes: Brasil, Argentina e Paraguai no final do século XIX e início do século XX.

Considero pertinente apontar que a maneira como foi constituída A Companhia Mate Laranjeira, os perfis dos personagens que atuaram nos empreendimentos, bem como seus vínculos políticos e econômicos, e a circulação de mercadorias proporcionam elementos para se compreender uma realidade em que as fronteiras nacionais foram diluídas por interesses econômicos e pela dinâmica das relações de poder.

Houve concessões, privilégios, favorecimentos por parte de autoridades e governos em favor da Companhia Mate Laranjeira. Houve, também, cobranças, pressões, encaminhamentos dos empreendedores em busca de espaços de ação e de relaxamento de controles sobre as atividades de exploração dos sertões e do trabalho e sobre a circulação de produtos nos territórios dos três países em que a Mate Laranjeira atuava.

Finalmente, este texto aborda alguns aspectos de vários outros possíveis sobre os debates a respeito de fronteiras e territórios. Aborda um período específico, uma área de abrangência circunscrita e determinadas atividades. Por isso, as considerações referem-se aos casos aspectos discutidos.

#### **REFERÊNCIAS:**

ARRUDA, Gilmar. **Frutos da Terra: os trabalhadores da Mate Larangeira**. Londrina, Ed. da UEL, 1997..

BIANCHINI, Odalea da Conceição Deniz. **A Companhia Mate Larangeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso (1980-1940)**. RJ, UFF/RJ, 1994 (tese de doutorado em História).

COLODEL, Jose Augusto. **Obrages & Companhias colonizadoras: Santa Helena na história do oeste paranaense até 1960**. Santa Helena: Prefeitura Municipal, 1988.

CORREA FILHO. **À sombra dos Hervaes Mattogrossenses**. SP, Ap Editora Ltda., 1925 (Monografias Cuiabanas, vol. 4), 1925.

FIOROTTI, Vilma. **Chora cachoeira, seu último cantar: Guaíra, nos tempos de Mann**. Guaíra – Paraná, 2007.

FIOROTTI, Vilma. **Guaíra nos tempos de Ernst Mann**. Marechal Cândido Rondon, 1994. (Monografia de conclusão de curso em história pela Unioeste).

SCHONS, Eliane. **História e memória: cotidiano de um porto**. Marechal Cândido Rondon, 2007. (Monografia de conclusão de curso de graduação em História)

---

**NOTAS:**

- <sup>i</sup> Parte do texto apresentado como resultado das atividades realizadas de 01 de agosto de 2008 a 31 de julho de 2009 durante o pós-doutorado em História na UFPR, sob a supervisão do Prof. Doutor Sérgio Nadalin. A denominação Oeste do Paraná costuma ser utilizada para referências a áreas paranaenses próximas ao rio Paraná na fronteira com o Paraguai. No entanto, o período tratado neste trabalho é anterior ao momento em que se consolidou esta denominação a partir da década de 1930. Optou-se, assim, utilizar mais o termo sertões para o espaço de estudo, uma vez que as delimitações são bastante flexíveis e podem ser diferentes de acordo com várias épocas retratadas e diversas fontes utilizadas. Quando o Oeste do Paraná aparece ocorre em função de casos específicos de fontes e de considerá-lo mais adequado para o momento.
- <sup>ii</sup> Usa-se a denominação Companhia Mate Larangeira, a não ser quando estiverem em pauta fusões, divisões, criação de subsidiárias ou outros desdobramentos deste empreendimento. Larangeira com **g**, devido a Thomaz Larangeira, embora haja fontes, e não poucas, que usam **j**.